



Áreas de Vitória vão ser recadastradas pelo governo federal

Taxa de marinha cai para 2,5 mil

A secretária de Patrimônio da União virá ao Estado para transferir terrenos de famílias de baixa renda

Cerca de 2,5 mil moradores que vivem em terrenos de marinha poderão ser beneficiados com a redução da taxa paga anualmente à União. Hoje quem ocupa o terreno como posseiro, ou seja, sem a posse definitiva, paga à União uma taxa anual de 5% sobre o valor do terreno. Quem conseguir a posse definitiva, terá esse percentual reduzido para 0,6%.

O assunto será discutido hoje entre o deputado federal Renato Casagrande (PSB) e a secretária nacional da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Alexandra Reschke.

Ela virá ao Estado para assinar um convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória, que prevê a transferência definitiva da propriedade a moradores de baixa renda que construíram em terrenos de marinha. A assinatura do convênio será realizada às 16 horas na prefeitura.

Casagrande destacou que uma força-tarefa virá ao Estado no mês que vem para agilizar a avaliação dos 2,5 mil processos que estão em andamento na SPU regional. A expectativa é de que os trabalhos sejam concluídos ainda em janeiro.

No Rio de Janeiro, o Ministé-

rio das Cidades entregou ontem os primeiros registros definitivos de propriedades em áreas da União nas quais havia moradias irregulares.

Foram beneficiadas 843 famílias da comunidade da Quinta do Caju, área onde havia uma favela na zona portuária do Rio (zona norte), já urbanizada.

Em todo o Brasil, segundo o Ministério das Cidades, 415 mil famílias em 136 municípios, de 25 estados, já foram cadastradas para receber o título de propriedade de seu imóvel. A meta do governo é chegar ao final de 2006 com 750 mil moradias registradas e 2 milhões de unidades em fase de regularização.

De posse do registro, as famílias podem ter acesso ao sistema financeiro e não correm mais o risco ter sua propriedade contestada por outro suposto dono.

O local também deixa de ser considerado favela: as ruas recebem nome e passam a constar do mapa da prefeitura e as casas são numeradas.

Presente à entrega dos títulos, o ministro Olívio Dutra (Cidades) falou da sensação de segurança dada pelo documento: "As famílias terão a tranquilidade que dali não sairão mais", disse.